

PODER

Ibaneis envia projeto sobre BRB

PL traz medidas do GDF para restabelecer as condições do banco. Imóveis seriam usados como garantia de empréstimo junto ao FGC

» ANA MARIA CAMPOS

O governador Ibaneis Rocha (MDB) encaminhou, ontem, à Câmara Legislativa, projeto de lei que dispõe sobre medidas a serem adotadas pelo Distrito Federal, na condição de acionista controlador, para o restabelecimento e fortalecimento das condições econômico-financeiras do Banco de Brasília (BRB).

O texto estabelece uma autorização legislativa para que o BRB possa alienar, se necessário, imóveis de propriedade da Terracap. A intenção do GDF não é colocá-los à venda e sim usá-los como garantia para um empréstimo de R\$ 2,6 bilhões do BRB junto ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

No projeto, o Executivo lança como garantias lotes valorizados em endereços como Setor de Indústria e Abastecimento — SIA, Parque do Guarã e Lago Sul (veja a lista ao lado).

Entre os imóveis, está listado o Centro Administrativo (Centrad), construído em Taguatinga, que se encontra abandonado há mais de 10 anos. Com uma área de 182 mil m² e 16 edifícios, o Centrad foi erigido por meio de parceria público-privada para funcionar como

Joédson Alves/Agência Brasil



Iniciativa do governo é para levantar empréstimo de R\$ 2,6 bilhões junto ao FGC para a instituição

um centro administrativo que abrigaria e centralizaria os órgãos de governo. Em 2022, o GDF anulou o contrato com o consórcio que construiu o prédio, com custo estimado de R\$ 1 bilhão, e no mesmo ano retomou a posse do imóvel.

A expectativa do governo é aprovar o projeto na próxima terça-feira. O chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, deve ir à Câmara para explicar o conteúdo do projeto que o governo considera fundamental para equilibrar o BRB.

O projeto prevê as seguintes medidas: “Fica o Distrito Federal, na condição de acionista controlador do BRB, autorizada a adotar medidas destinadas à recomposição, reforço ou ampliação do patrimônio líquido e

Lista apresentada à Câmara Legislativa	
» Setor de Áreas Isoladas Norte – SAI/NORTE, área destinada à Polícia Militar do DF, Brasília/DF	» Setor de Indústria Abastecimento – SIA, Área de Serviço Público, Lote G, Brasília/DF
» Centro Metropolitano, Quadra 03, Conjunto A, Lote 01 – Taguatinga, Brasília/DF	» Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS Trecho 3 Lote 8, Brasília/DF
» Setor de Indústria e Abastecimento – SIA, Área de Serviço Público Lote I, Brasília/DF	» Setor de Áreas Isoladas Norte – SAIN DEST CEB, Asa Norte/DF
» Parque do Guarã, Área 29 e 30, Brasília/DF 11.207 e 11.208	» Setor de Habitações Individuais Sul – SHIS QL 9 Lote B, Lago Sul/Brasília
» Setor de Indústria e Abastecimento, SIA, Quadra 04, Lotes, 1710, 1720, 1730, 1740, 1750 e 1760, Brasília/DF	» Áreas Isoladas Santa Bárbara, Lote 2 e Áreas Isoladas da Papuda, Lotes 1 e 2, Setor Habitacional Tororó, Brasília/DF
» Setor de Indústria e Abastecimento, SIA, Quadra 04, Lotes 1690 e 1700, Brasília/DF	» Setor de Indústria e Abastecimento Sul – SIA/SUL, Área de Serviços Públicos, Lote B – Guarã, Brasília/DF

do capital social da instituição financeira, mediante: I – integralização de capital social, realização de aportes patrimoniais e outras formas juridicamente admitidas de reforço patrimonial, inclusive com bens móveis ou imóveis; II

– alienação prévia de bens públicos, com posterior destinação do produto da venda ao reforço patrimonial do BRB; e III – outras medidas juridicamente admitidas que atendam às normas do sistema financeiro nacional”.

MP pede ao TCU suspensão de sigilo do Master

» ROSANA HESSEL

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União protocolou, ontem, um pedido de medida cautelar ao presidente da Corte, Vital do Rêgo, a fim de reverter a decisão do ministro Jhonatan de Jesus, que impôs sigilo total aos documentos do processo de liquidação do caso do Banco Master analisado pelo TCU. De acordo com a representação, assinada pelo subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, o sigilo total “gera profunda desconfiança e levanta sérias questões sobre a transparência e a integridade das instituições públicas”.

Além de criticar a decisão do ministro-relator Jhonatan de Jesus, o subprocurador afirma que “em um cenário já marcado por episódios controversos e suspeitas de favorecimento ao Banco Master, a decisão de ocultar informações cruciais, mesmo do próprio Banco Central e de membros do TCU, é alarmante”. “A justificativa de evitar vazamentos não se sustenta diante da gravidade do caso e da necessidade de clareza em processos que envolvem bilhões e afetam a credibilidade de órgãos de controle. Este episódio não apenas compromete a imagem do TCU, mas também expõe a fragilidade das práticas de governança e transparência em instituições brasileiras”, frisa o requerimento.

No requerimento de seis páginas remetido a Vital do Rêgo, o subprocurador, além de solicitar maior transparência, afirma que o acesso aos dados é “remédio urgente” na crise do Master. Além disso, afirma que “sigilo do

relatório do TCU sobre a inspeção do Banco Central gera desconfiança por sua anormalidade”. Observa, ainda, que “o episódio é mais um na longa lista de comportamentos inusuais, inclusive, do Supremo Tribunal Federal (STF), em prol da instituição controlada por Daniel Vorcaro”, diz o subprocurador, em referência ao ex-banqueiro dono do Master.

Quando assumiu a relatoria do processo da liquidação do Master no TCU, o ministro Jhonatan de Jesus deu a entender que o Banco Central (BC) se precipitou ao determinar a liquidação do banco de Vorcaro, que, de acordo com as investigações da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal, cometeu fraudes calculadas em R\$ 12,2 bilhões na venda de carteiras de crédito podres para o Banco de Brasília (BRB).

Em março de 2025, o BRB anunciou a compra do Master, mas a operação foi vetada pela autoridade monetária em setembro do mesmo ano, apesar das pressões para que fosse aprovada. Dois meses depois, devido aos problemas de liquidez do grupo de Vorcaro, foi decidida a decretação da liquidação extrajudicial do banco. Ex-diretores do BC reconhecem que houve demora para a decisão de liquidação, que foi a mais acertada, segundo eles.

Imprensa e sociedade

Entre os argumentos para a quebra do sigilo total do relatório sobre o caso do Master, Furtado aponta no requerimento a necessidade de assegurar “o direito da imprensa

Antonio Leal/SCO/TCU



Restrição determinada pelo relator Jhonatan de Jesus, do TCU, se estende até mesmo ao Banco Central

e da sociedade ao acesso às informações de interesse público, em conformidade com os princípios constitucionais da publicidade e da transparência”. No documento, o subprocurador lembra que, com o sigilo do processo, nem mesmo o Banco Central consegue ter acesso ao relatório sobre a auditoria da atuação do BC na liquidação

do banco de Vorcaro sem ter que pedir antes autorização ao relator.

A liquidação do Master foi decretada pelo BC em novembro de 2025. Desde então, sete instituições foram liquidadas e o Fundo Garantidor de Créditos tem sido acionado para pagar os credores e clientes. Até o momento, apenas o saque do fundo de empresas ligadas ao

grupo de Vorcaro somam R\$ 51,8 bilhões, o equivalente a quase metade dos recursos disponíveis do FGC, em torno de R\$ 120 bilhões.

Por conta disso, conforme o **Correio** adiantou na edição de ontem, a expectativa é de que as mudanças na regra do Fundo sejam definidas até o fim da próxima semana. As alterações estão sendo

Em um cenário já marcado por episódios controversos e suspeitas de favorecimento ao Banco Master, a decisão de ocultar informações cruciais, mesmo do próprio Banco Central e de membros do TCU, é alarmante"

O episódio é mais um na longa lista de comportamentos inusuais, inclusive, do Supremo Tribunal Federal (STF), em prol da instituição controlada por Daniel Vorcaro"

Trechos da solicitação do MP-TCU para que seja retirado o sigilo sobre o caso Master imposto pelo ministro-relator Jhonatan de Jesus

discutidas por representantes do FGC, do BC e autoridades.

Procurada, a assessoria do ministro Jhonatan de Jesus não comentou o assunto. Mas lembrou que, na semana passada, o MP-TCU teve acesso ao relatório sobre o Master.

Procurado, o BC também não quis comentar o assunto.

INQUÉRITO DAS FAKE NEWS

Presidente da Unafisco depõe à PF como investigado

» LUANA PATRIOLINO

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Kleber Cabral, depôs, ontem, à Polícia Federal (PF) na condição de investigado no inquérito das fake news sobre as declarações dadas à imprensa no caso do suposto vazamento de dados de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República, Paulo Gonet. A oitiva durou aproximadamente uma hora e ocorreu por videoconferência. Por meio de nota, a entidade afirmou que ele não comentaria o caso.

“Ele (Cabral) foi ouvido na condição de investigado no âmbito do chamado ‘Inquérito das Fake News’,

apenas em razão das declarações concedidas à imprensa na quarta-feira, 18 de fevereiro. Conforme informado pela autoridade policial, o procedimento tramita sob sigilo, razão pela qual o presidente da entidade não poderá comentar o conteúdo do depoimento neste momento”, afirmou a Unafisco em nota.

O depoimento foi determinado pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF. A PF investiga quatro servidores da Receita Federal que teriam vazado informações. Um deles, o auditor fiscal Ricardo Mansano de Moraes, admitiu que acessou dados de uma enteada do ministro Gilmar Mendes.

Na quarta-feira, ao **Correio**, Cabral afirmou que as medidas tomadas por Moraes foram

desproporcionais e colocadas para, segundo ele, gerar “enredo de vítima” em favor da Corte.

“Teve uma desproporcionalidade muito gritante entre os fatos e as medidas cautelares gravosas que foram colocadas. Às vezes, se tem uma situação em que, no curso do processo, o réu tenta dar sinais de que vai escapar, de que vai fugir — e aí o Judiciário vai lá e bota a tornozeleira eletrônica na pessoa. Mas, nesse caso, as medidas foram tomadas antes do processo. Isso é muito fora do razoável”, afirmou ao **Correio**.

A outros veículos, Cabral disse que era mais fácil a Receita investigar a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) do que o STF, pois os servidores tinham medo de retaliação. No mesmo dia,

a Unafisco também divulgou nota crítica à operação determinada por Moraes. A entidade manifestou preocupação e apontou a necessidade de observar o devido processo legal, a presunção de inocência e a proporcionalidade das medidas adotadas contra os quatro suspeitos de vazar dados sigilosos.

Moraes também determinou que os investigados fiquem proibidos de acessar o trabalho, mesmo que de forma remota, e ordenou que entregassem passaportes. Foi determinada, além do uso de tornozeleira eletrônica por eles, a quebra de sigilos bancários e telemáticos. Para Cabral, isso seria um expediente do Supremo para obter apoio junto à opinião pública diante da crise de imagem.

Agência Senado/Reprodução



Cabral criticou as medidas contra os suspeitos: “desproporcionais”